

CRISE POLÍTICA SE IMPONDO À ECONOMIA

por Julio Hegedus Netto*

Na **cena política** os debates seguem intensos sobre a capacidade de governabilidade do presidente Michel Temer. Muitas são as especulações sobre sua duração e, na hipótese de queda, quem irá substituí-lo numa possível eleição indireta. Se resistir até o final do mandato, em 2018, por variados rearranjos políticos, se livrando do TSE e do STF, como será seu governo? E numa eleição indireta quem assume? Enfim, são variadas as indagações neste momento, que merecem algumas repostas, mesmo que parciais.

Uma indagação pertinente é saber como será seu governo na hipótese de conseguir se esquivar das acusações e permanecer até 2018. Achamos que será um governo capenga, com menor apoio do Congresso e da sociedade, dada sua forte impopularidade. Na certa, isto dificultaria a aprovação das reformas e a própria recuperação da economia. Soma-se a isso, as eleições de 2018 se tornarão ainda mais incertas.

Sobre a situação atual, a equipe econômica, tão bem escolhida, até tenta se manter firme, defendendo a tese do que o que vale é o bom trâmite das reformas e a retomada do crescimento, embora ambos possam se tornar cada vez mais difíceis, dados os impasses do poder. Nas reformas, a Trabalhista segue avançando, podendo vir a ser votada nesta terça-feira (dia 6) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mesma data do início da votação do TSE sobre a chapa Dilma-Temer. Já a da Previdência segue em compasso de espera, no aguardo de uma definição política e na expectativa sobre o apoio que possa angariar. Achamos que esta reforma acabará muito afetada, só devendo passar a idade mínima (65 anos para homens e 62 para mulheres).

O problema é que neste cenário de indefinições, se antes o ministro da Fazenda avançava nas articulações políticas, agora tudo ficou mais difícil. Os encontros políticos têm sido raros, diante da preocupação dos políticos com a sobrevivência política, olhando para as eleições de 2018. Aliás, quanto mais tempo se perde pior fica para a situação política do presidente. Com certeza, o tempo joga contra ele. E toda esta paralisia só piora o estado de ânimo dos agentes, com as sondagens de confiança virando negativamente, assim como as agências de *rating* revendo suas notas de crédito para o Brasil. Recentemente as três principais (*Moody's*, *Fitch* e *Standard and Poor's*) confirmaram a expectativa negativa para o nosso "risco soberano".

Mesmo neste cenário de **crise política se impondo à economia**, alguns indicadores recentes divulgados mostram que antes do escândalo das gravações até havia alguma reação na atividade, no mercado de trabalho, na gestão fiscal, na política de juros, na inflação, etc. Depois destas gravações, no entanto, é possível que a economia desacelere, assim como o mercado de trabalho piore. A inflação deve se manter baixa, assim como a política de juros focada, talvez em algo mais próximo a 9%.

Falando da economia, pelos dados divulgados recentemente, o crescimento do PIB deu uma "alentada" no primeiro trimestre deste ano, crescendo 1% contra o anterior, boa parte devido à super-safra agrícola deste ano, 20% melhor do que no ano passado, com o PIB Agropecuário crescendo 13,4%. Dúvidas surgem, no entanto, sobre a sustentabilidade deste desempenho. No segundo trimestre e nos seguintes, caso esta crise política se aprofunde, paralisando as decisões dos agentes, é possível que o PIB comece a perder ímpeto. As sondagens de confiança da FGV também devem começar a refletir isso, com o pessimismo, aos poucos, retornando entre os agentes. Cabe observar, no entanto, que até o mercado de trabalho deu uma melhorada no trimestre terminado em abril, com a taxa de desocupação recuando de 13,7% para 13,6% da PEA, assim como o Caged, mostrando geração de 59,8 mil novas vagas formais, depois de perdas na mesma intensidade em março.

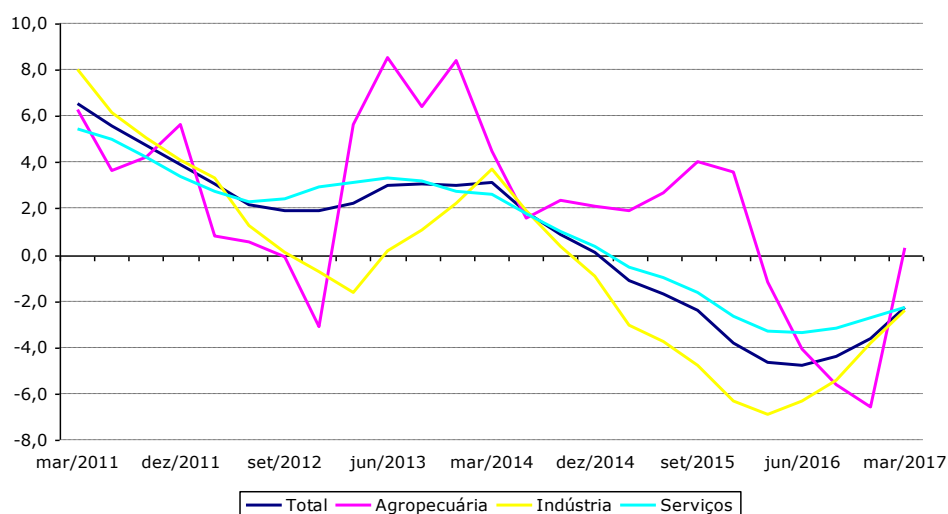
Na gestão fiscal, os resultados também vieram melhores em abril. Pelo governo consolidado houve superávit primário de R\$ 12,9 bilhões, no ano acumulando R\$ 15,1 bilhões e em 12

meses déficit recuando de 2,34% para 2,29% do PIB. Já o saldo comercial foi superavitário em US\$ 7,6 bilhões em maio, elevado no ano a US\$ 29 bilhões. Em paralelo, a produção industrial veio melhor em abril, crescendo 0,6% contra maio, puxada pelos Bens duráveis, com destaque para automóveis, Bens de capital e Bens intermediários, importantes vetores de retorno de investimentos e aumento da produção como um todo. Já a inflação segue controlada, com o IPCA neste ano previsto em 3,7%, a taxa Selic, por enquanto, deve recuar a 8,5%, e a taxa de câmbio, ainda sob controle, próxima a R\$ 3,25.

Resta saber, no entanto, como devem evoluir os acontecimentos políticos, para se ter uma ideia sobre o "grau de contaminação" sobre a economia. Com esta crise política se estendendo muito, inevitável será a economia desacelerar e todas as melhoras, citadas acima, se perderem.

Acompanhemos, então, atentamente, a evolução dos fatos políticos, para se ter uma visão mais clara sobre o "estado da economia" nos próximos meses e, porque não, no ano que vem.

DESEMPENHO DO PIB: TENTANDO SAIR DO "FUNDO DO POÇO" (4 TRIMESTRES)



*Julio Hegedus Netto
Msc, CNPI
Economista-chefe
Lopes Filho & Associados